



Brasília, 17 de novembro de 2017.

INFORME GREVE

Por que os técnico-administrativos das universidades federais estão em greve

A FASUBRA Sindical alerta os trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior pública sobre os ataques do governo federal ao funcionalismo público. Por meio deste material, lança a **CAMPANHA SOS EDUCAÇÃO PÚBLICA** aprovada em plenária nacional. A Federação também participa da Frente Nacional em Defesa da Educação Pública, juntamente com o ANDES-SN, SINASEFE e a UNE, em resistência aos ataques à educação.

Confira as principais ameaças ao serviço público e veja o histórico de tentativas de abertura de diálogo por parte da Federação e o silêncio do governo como resposta a cerca de 250 mil trabalhadores das instituições de ensino superior públicas.

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) solicitou ao Ministério da Educação (MEC), no dia **19 de maio de 2016**, (ofício 078/16-SEC) uma posição referente ao Termo de Acordo firmado na Greve de 2015, expirado em 06 de abril de 2016.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4UUJ3d0lwRFN3M09YRldZNWpWMkZRWnBNNEJB/view>

✓ Pauta enviada

No **dia 15 de setembro de 2016** (ofício 142/16) – mais uma vez, foi encaminhada a pauta, confirmando a participação da entidade na reunião convocada pelo MEC para o dia 21 de setembro de 2016.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4MFoxUU5jUGdpUHRqMThHR3ppanVPODQwZnFB/view>

✓ Quebra de acordo

Em reunião realizada no **dia 21 de setembro 2016**, a secretária Executiva do MEC, Maria Helena Guimarães Castro e o Secretário de Educação Superior, Paulo Barone, acordaram em agendar uma reunião com a FASUBRA no prazo de até 30 dias. Na ocasião, seria apresentada a resposta do ministério referente à pauta protocolada pela Federação. Em reunião, foi admitido pelo MEC o não cumprimento do Termo de Acordo pelo governo passado.

✓ Passados 30 dias

Sem resposta sobre a situação, a FASUBRA enviou no **dia 20 de outubro de 2016** um novo documento ao MEC (ofício 174/2016), comunicando a aprovação de Indicativo de Greve para o dia 24 de outubro. O texto reitera a solicitação de reunião, resposta à pauta e o cumprimento do prazo de 30 dias para responder às demandas apresentadas pela Federação.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4djVnS2hPYnpnMGpaRklrQm5oLUNzQTVIUU1n/view>

✓ Deflagração da greve

Dia 24 de outubro de 2016 (ofício 176/2016), a FASUBRA enviou documento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), comunicando a deflagração da greve a partir do dia 24 de outubro.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4NWxaeUdzY1U5NURCUMg2MFpnRnQ2MGdXaW9N/view>

✓ Silêncio

Mais uma vez a FASUBRA reiterou, no **dia 09 de novembro de 2016** (ofício 193/16), a necessidade de definição de reunião para debater a pauta protocolada e receber por parte do ministério resposta à pauta protocolada.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4NGhXN3RLa2xKWi1hdIFOX3paaXFzVIZwVkB/view>

✓ **EC 95/16** (Ataque durante a greve)

Por meio da Emenda Constitucional (EC) 95/16, o governo federal iniciou o desmonte do serviço público, congelando por 20 anos todos os investimentos em políticas públicas. O que significa menos recursos para a saúde, educação, segurança e etc.

✓ **Consequências**

- Sucateamento do serviço público;
- Transformação do direito às políticas públicas em cobrança de serviços;
- Desmonte das universidades brasileiras, com corte de verbas, contingenciamento de investimentos e projetos que tramitam no parlamento visando a cobrança de mensalidades (PEC 366/17).

✓ **Fim da Greve**

Durante todo o período de greve, não houve uma única reunião com as representações do governo federal (MEC/MPOG), mesmo diante de diversas solicitações por parte da Federação. No **dia 16 de dezembro de 2016** (ofício 206/16), a FASUBRA informou o encerramento da greve no dia 15 de dezembro, destacando a necessidade de definir uma agenda de reuniões entre o MEC e a Federação.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4THdTamZTRFgxS3V0eHBGZ2Zabmh6ZWxvYIRF/view>

✓ **Ano novo**

Para começar o ano de 2017, a FASUBRA enviou no dia 16 de janeiro o ofício 004/17, solicitando respostas referentes ao cumprimento do Termo de Acordo, bem como agenda de reuniões, sem resposta por parte do governo.

<https://fasubra.org.br/index.php/fasubra/1277-diante-do-descaso-do-governo-fasubra-reitera-pedido-de-negociacao>

Em **21 de março de 2017** (ofício 045/17) em novo documento a Federação reitera a solicitação de agenda de negociação do Termo de Acordo/2015.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4UjVfaHAXZVVkbVBxZndxMFdlZW5WUnBvM2tz/view>

✓ **Atualização da pauta**

Diante do silêncio ensurdecador do governo federal, no **dia 18 de abril de 2017** (ofício 066/17) a Federação que representa cerca de 250 mil trabalhadores técnico-administrativos em educação cobrou uma agenda. Também atualizou a Pauta Nacional, aprovada em Plenária Nacional realizada entre 17 e 19 de março.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4elozZG9KelBYQS1mcFMzbVFOZnd3RjhDWDVVF/view>

O teor do documento apresentou a reivindicação da Categoria de reposição inflacionária do período de 2015 a 2017, mais 2% de aumento real no piso da carreira. O reajuste dos benefícios com o mesmo índice, com diferencial para o Plano de Saúde acompanhando os reajustes da Agência Nacional de Saúde (ANS). A Categoria se posicionou contra o corte de recursos no orçamento destinados à educação, reivindicando a recomposição das perdas do último período. Solicitou, também, nenhuma interferência do governo e órgãos de controle em ações judiciais ganhas pelos trabalhadores, nomeação imediata dos reitores eleitos pela comunidade universitária.

Os trabalhadores e trabalhadoras se posicionaram contra a Lei da Mordada e a Reforma do Ensino médio. Também reivindicaram a realização de concurso público e a manutenção das vagas dos trabalhadores contratados sob o Regime Jurídico Único dos hospitais universitários nas próprias instituições (HU).

✓ **Inexistência**

Em **junho** (ofício 091/17), a Federação alertou sobre a inexistência permanente de negociações. Com o passar do tempo, se agravou a necessidade de estabelecer negociação de outras situações, como a reposição salarial da categoria diante da nova lei orçamentária, apreciada esse ano, a situação financeira das instituições federais de ensino superior (IFES) e as mudanças de uma proposta de reforma da previdência, que penaliza drasticamente os trabalhadores e trabalhadoras.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4SFQ1VGZBbEVYMHrjU3Z2dUdXdEo2R29sS3RF/view>

✓ **Atribuições de cargos**

Em busca de um canal de diálogo com o governo, no **dia 11 de outubro a Federação enviou o ofício 144/17**. O Ministério da Educação havia revogado a descrição das atribuições dos cargos do Plano de Cargos e Carreira dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), o que fez retornar à vigência da descrição contida no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), inadequada para a realidade do trabalho nos tempos atuais.

<https://fasubra.org.br/index.php/fasubra/1345-fasubra-e-sinasefe-reivindicam-ao-mec-retorno-da-cnsc-e-discussao-permanente-do-pcctae0>

✓ **Mais uma quebra de acordo e desrespeito à Lei 11.091/05**

A revogação aconteceu de forma unilateral pelo governo, e as novas discussões no âmbito do MEC, em parte socializadas com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), ocorrem sem o diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras. Não houve convocação da Comissão Nacional de Supervisão de Carreira (CNSC) para tratar da carreira dos técnicos administrativos em educação.

✓ **Luta da Categoria**

Sem diálogo e diante da ameaça real de desmonte da Carreira (Lei 11.091/2005), conquista histórica dos trabalhadores e das trabalhadoras técnico-administrativos em educação das instituições públicas de ensino superior. Em meio aos anúncios do governo, de quebra de Termos de Acordo firmados com categorias do funcionalismo (MP 805/17) e reestruturação de carreiras de forma unilateral, a categoria foi impulsionada para a luta, em defesa dos direitos.

ATAQUES

➤ **PLS 116/17**

O PLS 116/17 que prevê a demissão do servidor público por insuficiência de desempenho, acabando com a estabilidade do servidor, que pode ser avaliado por gestores terceirizados. As regras para a punição máxima ao servidor concursado e estável deverão ser seguidas pela Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal.

➤ **MP 792/17**

Em um cenário de 13,1 milhões de desempregados (IBGE) no Brasil, o governo ilegítimo de Michel Temer tenta empurrar aos servidores públicos federais do Executivo o Plano de Demissão Voluntária (PDV). Apresentado por Medida Provisória (MP) 792/17, o texto também prevê licença de três anos sem remuneração, inclusive, por interesse público (a interrupção é proibida), e a redução da jornada de trabalho e salário.

➤ **Consequências**

- Demissão de cerca de 5 mil servidores públicos federais;
- Aumento no pedido de aposentadorias no serviço público;
- Sobrecarga de trabalho;
- Aumento de filas, redução no atendimento e prestação de serviços à população;
- Aumento do caos na saúde pública;

Na década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), servidores públicos embarcaram no engodo do PDV. Como resultado, houve casos de depressão, suicídio e arrependimento. Muitos não conseguiram retornar ao mercado de trabalho.

➤ **MP 805/17**

A Medida Provisória 805/17 prevê o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% e o adiamento de reajuste dos servidores. De acordo com advogado, mestre em Direito, procurador da fazenda nacional e professor universitário Aldemário Araújo Castro, a medida é inconstitucional.

- **O Regime Próprio do Servidor Federal está equilibrado.** “As reformas constitucionais anteriores da Previdência, fixaram requisitos de tempo de serviço público, tempo na carreira e tempo mínimo no cargo para superar distorções existentes. Atualmente, não há mais a realidade de déficits crescentes no cotejo entre contribuições e aposentadorias”.
- **O Tribunal de Contas da União (TCU) confirma o equilíbrio do Regime Próprio do servidor federal.** Em relatório o Procurador do MP junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, afirma que, “os regimes previdenciários dos servidores públicos civis e militares da União não apresentam trajetórias de crescimento em relação ao PIB, tanto em relação aos valores passados quanto em relação aos projetados. (...) Ao contrário, o déficit tem-se reduzido ano a ano, como demonstra o levantamento feito pelo TCU”.
- **Não foi criado o fundo do regime próprio definido pela EC 20/98.** União, Estados, o Distrito Federal e Municípios podem constituir fundos integrados (art. 249 da CF, introduzido pela EC 20/98). “A União não criou esse fundo e deixa de fazer os aportes de sua responsabilidade. Assim, não é possível afirmar, de forma conclusiva, que um aumento da contribuição previdenciária é necessário”.
- **Não há necessidade de aumento da contribuição. Violação ao princípio da razoabilidade, segundo a jurisprudência do STF.** Se não há necessidade de aumento da contribuição previdenciária do servidor público federal, adotar esse caminho implica em evidente violação ao princípio da razoabilidade. Nesse

sentido, é farta a jurisprudência do STF. Um exemplo emblemático: “O Estado não pode legislar abusivamente. A atividade legislativa está necessariamente sujeita à rígida observância de diretriz fundamental, que, encontrando suporte teórico no princípio da proporcionalidade, veda os excessos normativos e as prescrições irrazoáveis do Poder Público. O princípio da proporcionalidade, nesse contexto, acha-se vocacionado a inibir e a neutralizar os abusos do Poder Público no exercício de suas funções, qualificando-se como parâmetro de aferição da própria constitucionalidade material dos atos estatais” (ADIN 2.551. Relator ministro Celso de Mello).

- **Redução remuneratória, proibida pela constituição, por via transversa.** Se não há necessidade de aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos federais, como demonstrado, essa providência significa, na essência e por via transversa, uma pura e simples redução remuneratória expressamente vedada pela Constituição (art. 37, inciso XV).

➤ **Lei complementar 159/17 - Servidores estaduais e municipais.**

Com a Lei Complementar 159/17 (antes PLP 343/17), o governo conseguiu que os estados endividados também promovam PDV, em troca da renegociação das dívidas. A lei também institui o regime de previdência complementar nos estados e municípios e a revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais da administração pública direta, autárquica e fundacional.

➤ **PLP 248/98**

Na Câmara, desenterraram o PLP 248/98, projeto da era FHC, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. Caso seja aprovado, o texto segue para sanção presidencial.

➤ **Terceirização no serviço público**

A Lei 13.429/17 da terceirização e do trabalho temporário abre espaço para a contratação de serviços terceirizados na Administração Pública federal, por meio da Instrução Normativa (IN) 5, de 2017, editada pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

Confira as consequências da terceirização no serviço público:

- Aumento da terceirização;
- Terceirização de atividades fim;
- Redução de concursos;
- Apadrinhamento;
- Exonerações;
- Aumento do desemprego;
- Redução de salários e benefícios;
- Precarização das relações de trabalho (rotatividade e substituição de contrato de trabalho)

➤ **Reestruturação da Carreira**

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão está editando uma minuta que modifica as carreiras no serviço público federal.

➤ **Reforma da Previdência**

O ilegítimo presidente Michel Temer mudou de estratégia nos “45 minutos do segundo tempo”, na tentativa de aprovar pelo menos o aumento da idade na Reforma da Previdência (65 anos para homens e 62 anos para mulheres). As outras propostas ficariam para a próxima gestão.

Em novo ataque, governo federal vai lançar campanha publicitária para aprovar a reforma da previdência, sensibilizando a população. A narrativa será “Combater Privilégios e salvar a Previdência”. A ideia é unificar os regimes público e privado, segundo a Folha de S. Paulo.

Não é novidade que a previdência social é superavitária, em outubro foi apresentado o relatório da CPI da Previdência que comprova, a Previdência Social não é deficitária.

<https://drive.google.com/file/d/0B68yIFmi0SZ4UXNfanICZlo5bW8/view>

Segundo o relatório, o secretário da Receita Federal, Auditor Fiscal da Receita Federal, Jorge Rachid, admitiu que cerca de R\$ 54 bilhões foram retirados do caixa da previdência com desonerações, apenas no ano de 2016, e a mesma autoridade vinculada ao governo recomendou que tais medidas fossem revistas.

Audidores fiscais da Receita Federal, responsáveis pelo combate às fraudes e pela fiscalização e arrecadação das contribuições sociais da União, desmentem o discurso do governo. Baseado em dados das contas do governo federal, em 2015 foram arrecadados R\$ 700 bilhões e foram gastos R\$ 688 bilhões, provando que o sistema de Seguridade Social é superavitário. “Não há um rombo na previdência pública e sim uma desvinculação anual das contribuições sociais por parte do governo, autorizado por uma Emenda Constitucional”.

Em 2015 foram desvinculados para outras finalidades, R\$ 66 bilhões, da Previdência, Saúde e Assistência social. “Se não fosse isso teríamos superávit na seguridade social e não um déficit, como é falsamente divulgado”, afirmam os auditores.

➤ **Privatização das IFES**

O governo ilegítimo de Temer sinaliza com a possibilidade de transformar as instituições públicas, dentre elas as Universidades Federais, em OS (Organização Social) sob a alegação de “dar mais autonomia financeira às instituições públicas”. Sabemos que, na verdade, “dar mais autonomia” significa extinguir o repasse, já extremamente insuficiente, de verbas públicas às instituições, submetendo-as à iniciativa privada, visando à privatização das IFES.

<http://www.valor.com.br/brasil/5191159/governo-quer-dar-mais-autonomia-instituicoes>

➤ **Mais ameaças**

- ✓ **PLS 288/15** - Estabelece critérios de valorização do mérito no Regime Jurídico dos servidores públicos da União, suas autarquias e fundações públicas (Senado);
- ✓ **PEC 400/14** - Remuneração variável para servidores públicos com base no mérito em todos os níveis de administração (Câmara);
- ✓ **PLP 1/07** - Estabelecimento de limite de despesa com pessoal (Câmara);
- ✓ **PLP 92/07** - Regulamentação das Fundações Estatais (Câmara);
- ✓ **PEC 139/15** - Extinção do abono de permanência para o servidor público (Câmara);
- ✓ **PEC 400/14** - Critérios para concessão de remuneração variável a servidor da União, dos estados e municípios (Câmara);
- ✓ **PLS 280/17** - Fiscalização administrativa pelo setor privado (Senado);
- ✓ **LOA 20/17** Orçamento 2018, com suspensão de concursos e contratação de aprovados (Congresso);
- ✓ Reestruturação de carreiras (Em elaboração pelo governo);
- ✓ Extinção de cargos (Em elaboração pelo governo);
- ✓ Piso inicial de salário de servidor no valor de R\$ 5 mil (Em elaboração pelo governo);
- ✓ Revisão de pagamentos de verbas como auxílio-alimentação (Em elaboração pelo governo).

➤ **Deflagração de Greve**

A categoria dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, reunidos em plenária nacional no dia 22 de outubro, aprovaram pela deflagração de Greve Nacional a partir do dia 10 de novembro. São 48 sindicatos representando 63 universidades federais. Até o momento houve adesão de 29 entidades sindicais ao movimento paredista, 8 em estado de greve e as demais ainda realizam assembleias. Confira o eixo de reivindicações da Categoria.

EIXOS DA GREVE

- ➔ Defesa da Carreira dos TAES!
- ➔ Negociação Salarial Já! Nenhum direito a menos!
- ➔ Contra o aumento da contribuição previdenciária! Não à Reforma da Previdência!
- ➔ Revogação do PDV!
- ➔ Em defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade!
- ➔ Em defesa dos serviços públicos!
- ➔ Contra o PL 116/17 – demissão por avaliação negativa (fim da estabilidade)
- ➔ Em defesa dos hospitais universitários.
- ➔ Cumprimento do termo de acordo de greve de 2015.

A greve nacional foi o último recurso para fazer ouvir as vozes de mais de 250 mil trabalhadores. Esperamos que o Ministério da Educação nos receba e coloque na mesa sua posição com relação ao Termo de Acordo da Greve de 2015, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ)

**PRESSÃO SOBRE OS PARLAMENTARES E
ORIENTAÇÕES PARA A CARAVANA**

Nessa segunda feira o ministro das cidades, Sr. Bruno Araújo (PSDB) entregou a sua carta de demissão. Tal iniciativa abre o início da reforma ministerial, Temer já anunciou que quer concluir esse processo nos próximos dias.

A reforma ministerial é parte das exigências da base aliada para poder votar qualquer matéria do governo no congresso nacional, em especial a reforma da previdência (que tem como alvo principal os servidores públicos), mas também está nos planos do governo votar outras medidas de ajuste que envolvem o pacote de retrocessos contra o funcionalismo.

Ainda há dificuldades para o congresso votar medidas impopulares; mas, principalmente pela forte pressão do mercado, o governo vai tentar votar a reforma da previdência e está imprimindo uma forte articulação para isso. Isso significa que nossa orientação central continua sendo: pressão sobre os parlamentares e a preparação de caravana a Brasília.

Para além das possíveis ações de pressão sobre os parlamentares nessa semana, chamamos a atenção dos CLG para no início da semana que vem (segunda e terça-feira) com um grande número de parlamentares transitando nos aeroportos com destino a Brasília. Orientamos que todos os sindicatos filiados e comandos locais de greve possam organizar ações nos aeroportos. Em Brasília o CNG/FASUBRA já está organizando em conjunto com as entidades do funcionalismo uma boa recepção no aeroporto JK.

É fundamental também que todos os sindicatos filiados e comandos locais de greve possam começar a preparar a caravana a Brasília. Essa atividade é muito importante e tod@s precisam se desdobrar para esse esforço. Toda a infraestrutura está sendo providenciada e detalhes serão encaminhados às entidades de base, inclusive para acampamento. **CONSULTA: ATÉ A TERÇA FEIRA DA PRÓXIMA SEMANA (21.11), SOLICITAMOS QUE NOS ENVIEM OS INFORMES DAS BASES SOBRE CARAVANA, QUANTIDADE DE CARAVANEIROS E A DATA E HORÁRIO DE CHEGADA, A FIM DE QUE POSSAMOS CONCLUIR OS PREPARATIVOS PARA UMA BOA RECEPÇÃO.**

A realidade exige pressão total em Brasília, estamos orientando, a priori, CARAVANA DIAS 27 (confraternização da FASUBRA) e 28 COM O FUNCIONALISMO. QUALQUER ORIENTAÇÃO DIFERENTE SERÁ INFORMADA NA SEMANA QUE VEM, APÓS OS INFORMES DAS BASES. (SUGERIMOS QUE TODAS AS ENTIDADES DE BASE CHEGUEM EM BRASÍLIA DIA 26.11).

INFORMES DE BASE

SINTUFEPE:

CLG/UFRPE e reitoria

Abrem espaço para diálogo sobre a greve e negociações

Retaliações aos grevistas dentro dos departamentos deverão ser combatidas

O segundo dia de greve dos técnico-administrativos da UFRPE foi marcado por uma reunião com a reitora Maria José de Sena, realizada no final da tarde da última terça-feira (14). Durante o encontro foram apresentadas as principais lutas da greve deflagrada no dia 13 de novembro. Além disso, o CLG levou para a mesa a discussão sobre as denúncias de ameaças nos departamentos sofridas por vários TAEs da universidade que acabam se sentindo reprimidos para participar do movimento paredista.

Após serem questionados sobre os reais motivos da greve, os representantes do comando explicaram que não se trata de reivindicação salarial e ressaltaram que este é um movimento para lutar contra a retirada de direitos conquistados com muito esforço pela classe trabalhadora. O CLG frisou os principais eixos da greve, entre eles a defesa da carreira dos TAEs, revogação do Plano de Demissão Voluntária (PDV), contra o sucateamento das universidades públicas, o aumento da contribuição previdenciária e as reformas trabalhista e da previdência.

De acordo com o CLG, os técnicos reconhecem que o momento atual é muito difícil para um embate contra o governo autoritário do presidente ilegítimo Michel Temer, mas é preciso organizar todos os trabalhadores do país contra os ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Essa deve ser uma greve construtiva e informativa, visando sempre o diálogo e combatendo todas as formas de retaliação ao direito de greve do servidor.

A reitoria demonstrou sua preocupação com o funcionamento da universidade no fechamento do ano letivo, mas se comprometeu a manter o diálogo e o canal de negociação aberto, assim como não orientar nenhum diretor a colocar falta.

Mobilização nos departamentos - A greve dos técnico-administrativos da UFRPE começou na segunda-feira (13). O CLG se reuniu em frente à sede do sindicato para repassar os últimos informes nacionais e locais. Na mesma manhã foi feita uma visita ao Departamento de Medicina Veterinária, onde se reuniram com a diretoria do DMV para falar sobre os ataques à categoria. A direção disse que não haverá nenhuma retaliação ao movimento e ressaltou o apoio à greve dos TAEs. Na terça-feira (14), o comando visitou o Apoio Administrativo e Pró-reitorias para tirar as dúvidas da categoria e conscientizar os técnicos sobre a importância de fortalecer o movimento.

SINTET-UFU:

Aconteceu entre a noite de terça-feira (14) e a madrugada de quarta-feira (15), a apuração dos votos da eleição 2017 para Coordenação Colegiada e Conselho Fiscal que elegeu a chapa 1, Lutar e resistir contra a retirada de nossos direitos, para o biênio 2018-2020. O evento aconteceu no anfiteatro do bloco 3Q, campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Por volta das 20h:30 membros da Mesa Apuradora em conjunto com a Junta Eleitoral começaram a organizar as urnas e o processo de apuração. O público acessou o anfiteatro por volta das 21h:30.

O primeiro passo foi conferir nas atas de cada urna se o quórum mínimo foi conseguido. Eram necessários 1202 para que a eleição validada e 1490 sindicalizadas e sindicalizados votaram no pleito.

Em seguida foi iniciada a contagem dos votos de cada urna, sempre com um fiscal de cada chapa acompanhando a apuração. A apuração transcorreu de forma tranquila. Das 17 urnas, apenas uma, a urna número 16, com os votos do campus de Patos de Minas foi impugnada, pois o número de assinatura na lista não correspondia ao número de cédulas. Assim, por exceder a margem de erro de 5%, estabelecida no regimento eleitoral, tal urna não teve seus votos computados.

Por volta das 3h, mesmo com duas urnas para serem apuradas, já era possível sacramentar a vitória da chapa 1, Lutar e resistir contra a retirada de nossos direitos, que recebeu 796 votos para Coordenação Colegiada, contra 551 votos recebidos pela chapa 2, Resgatar o SINTET-UFU de luta. Para Conselho Fiscal, a chapa 1 foi eleita com 805 votos, contra 540 da chapa 2.

QUADRO NACIONAL DE GREVE

RESPOSTAS DAS ENTIDADES FILIADAS À FASUBRA

EM RELAÇÃO À DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DA FASUBRA

A maioria das entidades de base já deliberou por GREVE!

Regiões	UF	Sindicato	IES	Greve	Greve a partir de	Estado de greve	Assembleia	Não aderiu
Centro Oeste	DF	SINTFUB	UnB	x	21/11		21/11	
	GO	SINT-IFES-go	UFG			x	17/11	x
		SINT-IFES-go	IF Goiano			x	17/11	x
		SINT-IFES-go	IF Goiás			x	17/11	x
	MT	SINTUF-MT	UFMT	x				
	MS	SINTEF	UFGD	x	13/11			
	MS	SISTA-MS	UFMS			x		x
		5	7	3		4		4
Nordeste	AL	SINTUFAL	UFAL	x				
	BA	ASSUFBA	UFBA	x	22/11			
		ASSUFBA	UFOB					
		ASSUFBA	UFRB	x				
		ASSUFBA	UFSB					
	CE	SINTUFCE	UFC	x	14/11			
		SINTUFCE	UFCA			x	17/11	x
		SINTUFCE	UNILAB	x				
	MA	SINTEMA	UFMA			x		x
	PB	SINTESPB	UFCG					

		SINTESPB	UFPB			X		X
	PE	SINTUFEPE	UFPE	X				
		SINTUFEPE seção rural	UFRPE	X	13/11			
		SINTUFEPE	UNIVASF					
	PI	SINTUFPI	UFPI	X				
	RN	SINTEST-RN	UFERSA			X	23/11	X
		SINTEST-RN	UFRN			X	23/11	X
	SE	SINTUFS	UFS				17/11	
		10	18	8		5		5
Norte	AC	SINTEST/AC	UFAC	X	20/11			
	AP	Sinstaufap	UNIFAP					
	AM	SINTESAM	UFAM	X				
	PA	SINDTIFES	UFOPA			X		X
		SINDTIFES	UFPA	X				
		SINDTIFES	UFRA	X				
		SINDTIFES	UNIFESSPA	X	21/11			
	RO	SINTUNIR	UNIR					
	RR		UFRR					
	TO	SINTAD-TO	UFT	X				
		6	10	6		1		1
Sudeste	ES	SINTUFES	UFES			X	17/11	X
	MG	SINDIFES	UFMG	X				
		SINDIFES	UFVJM	X				
		SINDIFES	CEFET-MG	X				
		SINDIFES	IFMG	X				
		SINTUFEJUF	UFJF	X				
		Sind-UFLA	UFLA			X		X
		ASSUFOP	UFOP	X				
		Sinds-UFSJ	UFSJ			X		X
		Sinte-Med	UFTM	X	16/11			
		SINTET-UFU	UFU	X	21/11			
		ASAV	UFV				21/11	
		SINT- UNIFAL	UNIFAL-MG			X		X
		SINTUNIFEI	UNIFEI					
	RJ	SINTUFF	UFF	X				
		SINTUFRJ	UFRJ	X				
		SINTUR-RJ	UFRRJ	X				
		ASUNIRIO	UNIRIO	X				

	SP	Sintunifesp	UNIFESP	X	13/11			
		SinTUFABC	UFABC					X
		Sintufscar	UFSCar	X				
		18	21	14		4		4
Sul	PR	Sinditest-PR	UFPR	X				
		Sinditest-PR	UNILA	X				
		Sinditest-PR	UTFPR					X
		Sindedutec	IFPR					X
	RS	APTAFURG	FURG					X
		ASSUFRGS	UFCSPA			X	20/11	
		ASSUFRGS	UFRGS			X	20/11	
		ASSUFRGS	IFRS			X	20/11	
		ASUFPEL	UFPeI	X				
		ASSUFSM	UFSM	X				
	SC	SINDIPAMPA	UNIPAMPA					X
		SINDTAE	UFFS					
		SINTUFSC	UFSC			X	17/11	X
		9	13	4		4		5
Total		48	69	35		18		20
Sindicatos	48							
Universidades Federais			63					
Institutos Federais			5					
CEFET-MG	1							

Obs. Dados atualizados em 17 de novembro de 2017. Há instituições que estão registradas como “em estado de greve” e também “não adesão à greve” (em relação a partir do dia 10.11), totalizando 23 instituições em “estado de greve e/ou não adesão à greve”. Algumas instituições têm assembleias agendadas para os próximos dias.

CALENDARIO DE ATIVIDADES

20/11 – Audiência pública na CDH – Tema: A luta em defesa dos serviços públicos de qualidade e contra o pacote de maldades de Temer.

21/11 – Audiência pública na câmara dos deputados promovida pela ANDIFES para discutir a crise das universidades.

27/11- Debate no auditório Nereu Ramos na câmara dos deputados. Tema: Que serviço público nós queremos?

28/11 – Caravana Nacional dos SPF`s a Brasília.

**MULHER TRABALHADORA DA FASUBRA
RESOLUÇÕES APROVADAS NO XXI - CONFASUBRA**

Art. 15: Garantir a participação das mulheres que tem filh@s de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância garantindo o financiamento pelas entidades de base acrescido o caso de homens pais que detenham a guarda d@s filh@s. @s filh@s, portador@s de necessidades especiais, não tem limitação de idade. No caso de atividade ser nos fóruns da FASUBRA e a entidade de base não arcar com os custos das crianças, a FASUBRA arcará no momento e o valor será lançado como dívida para a entidade de base. No caso das mães que cuidarem sozinhas de seus filh@s é garantida a participação d@s filh@s enquanto forem menores de idade tendo comprovado o problema na entidade de base.

DADOS BANCARIOS PARA DEPOSITO DO FUNDO DE GREVE:

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 0004

Operação: 013

Conta Corrente: 18.709-0

CNPJ FASUBRA: 08.485.179/0001-26

Cada sindicato filiado em conjunto com os comandos locais de greve devem enviar os delegados eleitos em assembleia, aprovar o fundo de greve imediatamente e solicitar com antecedência a necessidade de creche caso haja demanda para que possamos tomar as providências necessárias.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

NOVEMBRO

09 e 10	299ª Reunião Ordinária do CNS
10	DEFLAGRAÇÃO DA GREVE FASUBRA
10	Participar das atividades convocadas pelas centrais
13	INSTALAÇÃO DO COMANDO DE GREVE

DEZEMBRO

06	Reunião Ordinária do FENTAS
07 e 08	300ª Reunião Ordinária do CNS

Quadra 6 Bloco A Lote 157 - 2º andar - Salas 205 a 2018 – Edifício Bandeirantes - CEP 70.300-910
Caixa Postal 10818 – Asa Sul – Brasília, DF. Fones: +55 (61) 3349-9151 / 3349.1772 / 3349.4420 / 3349.4811
E-mail: fasubra@fasubra.org.br Portal: www.fasubra.org.br